



**A CANNABIS MEDICINAL NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA CTS**  
**MEDICAL CANNABIS IN BRAZIL UNDER THE STS PERSPECTIVE**  
**CANNABIS MEDICINAL EN BRASIL DESDE LA PERSPECTIVA CTS**

Marina Granato - Universidade Federal de São Carlos

Maria Teresa Miceli Kerbauy - Universidade Federal de São Carlos

**Modalidade: Resumo Expandido**

**Resumo:** A proibição da *Cannabis Sativa L.* teve início no país durante o Brasil Império, tendo ganhado novos contornos com as convenções internacionais de controle de drogas, no início do século XX. Esse panorama começou a mudar apenas na década de 2010, quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária passou a permitir o acesso legal à cannabis medicinal ainda que sob estrita regulamentação. Nesses dois momentos históricos, a produção e divulgação científica sobre o tema foram influenciadas e influenciaram as políticas brasileiras em relação à cannabis medicinal. A presente pesquisa busca cotejar esses “fenômenos” sob o enfoque Ciência, Tecnologia e Sociedade.

**Palavras-Chave:** Cannabis medicinal. CTS. Proibicionismo. Regulamentação. Brasil.

**Abstract:** The prohibition of *Cannabis Sativa L.* has begun in the country during the Brazilian Empire, having gained new contours with the international drug control conventions at the beginning of the 20th century. This scenario began to change only in the 2010s, when the *Agência Nacional de Vigilância Sanitária* started to allow legal access to medical cannabis, albeit under strict regulation. In these two historical moments, scientific production and dissemination on the subject were influenced and influenced Brazilian policies in relation to medical cannabis. The present research seeks to collate these “phenomena” from the perspective of Science, Technology and Society.

**Keywords:** Medical cannabis. STS. Prohibition. Regulation. Brazil.

**Resumen:** La prohibición de la *Cannabis Sativa L.* comenzó en Brasil durante el Imperio, habiendo ganado nuevos contornos con las convenciones internacionales de control de drogas a principios del siglo XX. Este escenario comenzó a cambiar solo en la década de 2010, cuando la *Agência Nacional de Vigilância Sanitária* comenzó a permitir el acceso legal al cannabis medicinal, aunque bajo una estricta regulación. En estos dos momentos históricos, la producción científica y la divulgación sobre el tema influyeron en e fueron influenciados por las políticas brasileñas en relación al cannabis medicinal. La presente investigación busca cotejar estos “fenómenos” desde la perspectiva Ciencia, Tecnología y Sociedad.

**Palabras clave:** Cannabis medicinal. CTS. Prohibición. Regulación. Brasil.

## 1 INTRODUÇÃO

A espécie botânica *Cannabis Sativa L.* era comumente utilizada no Brasil, de forma recreativa e medicinal, até o início do século XIX. Aspectos sociais, raciais e culturais levaram à disseminação de informações falsas sobre a planta (CARLINI, 2006), culminando na estigmatização e proibição da cannabis no país e no mundo.

Porém, recentemente, com novas pesquisas científicas surgindo, investigando as propriedades da planta, e com as reformas político-jurídicas de legalização que começaram a acontecer ao redor do mundo, o Brasil começou a viabilizar, ainda que dificultosamente, o acesso à cannabis medicinal, através de regulamentações excepcionais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

A trajetória da cannabis medicinal no país teve diversas influências (raciais, sociais, econômicas e culturais) – conforme demonstrado na seção 2 deste trabalho –, mas acredita-se que a produção e divulgação científica também tiveram, e estão tendo, um papel importante nos desdobramentos do uso medicinal da planta.

Portanto, a pergunta que se coloca é: a produção e divulgação científica da cannabis medicinal influenciaram na proibição da planta no país? Questiona-se, também, se a produção e divulgação científica sobre o tema estão influenciando na mudança de paradigma que estamos observando atualmente?

Para a análise proposta, será utilizada a perspectiva Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), focando na não neutralidade da ciência, preconizada pelo princípio fundamental de que a sociedade influencia a CT e vice-versa, ou seja, ciência, tecnologia e sociedade são indissociáveis. Como aborda Palacios (2003, p. 125), “os estudos CTS buscam compreender a dimensão social da ciência e da tecnologia, tanto desde o ponto de vista de seus antecedentes sociais como de suas consequências sociais e ambientais”. A metodologia utilizada está detalhada na seção “Desenvolvimento”.

A hipótese básica é que sim, a produção e divulgação científica sobre a cannabis medicinal tiveram um impacto nas políticas proibicionistas no Brasil, pelo fato de o enviesamento de tais práticas, impulsionado pela proibição à nível internacional (que cerceou a prática científica sobre o tema), terem contribuído para a criação de um estigma negativo em relação à cannabis. De forma contrária, com a crescente produção e divulgação científica sobre o tema, a partir do início do século XX no Brasil, podemos observar uma mudança nesse

paradigma, com a ANVISA facilitando o acesso à cannabis medicinal e com a população buscando, de forma crescente, pelo uso terapêutico da planta. Porém, pode não ser uma influência única e exclusiva, mas sim acompanhada de outros acontecimentos.

Em última instância, a presente pesquisa tem como objetivo avaliar como a produção e divulgação científica podem ser enviesadas e influenciar fenômenos socioculturais, econômicos e acontecimentos históricos. Ao mesmo tempo, a produção e divulgação científica sobre uma mesma temática pode se transformar a partir desses fenômenos. O enfoque CTS sustenta claramente essa não neutralidade da ciência e a indissociabilidade social-científica que podemos avaliar com o caso da cannabis medicinal.

## 2 DESENVOLVIMENTO

O uso da cannabis era tão difundido no Brasil que, no século XVIII, a Coroa portuguesa incentivava o cultivo da planta na colônia brasileira. A planta era comercializada em farmácias no Brasil, sendo plenamente aprovada pela classe médica (CARLINI, 2006).

A história da criminalização da maconha no Brasil tem início como tentativa de controle dos afro-brasileiros. Em 1830, com a promulgação do Código Criminal do Império e na busca de oprimir os costumes dos afro-brasileiros, ficou estabelecida a penalização do Pito do Pango, denominação comum da maconha entre os africanos (CARNEIRO, 2019).

Mas a “demonização” da planta começa a “tomar forma” no país no início do século XX. Até então, “a maconha continuou a ser citada nos compêndios médicos e catálogos de produtos farmacêuticos” (CARLINI, 2006, n.p.). Ainda que seu consumo recreativo estivesse criminalizado, o uso medicinal continuou. Como afirma Carneiro (2019, n.p.),

Os usos terapêuticos dos derivados da *Cannabis*, até a segunda década do século XX, também eram generalizados em todo o mundo ocidental, inclusive no Brasil, com uma enorme variedade de indicações médicas [...], segundo os livros de receituários médicos oficiais.

Esta aceitação do uso medicinal começou a mudar com as convenções internacionais sobre drogas. Em 1915, médicos, ocupando cargos políticos no Brasil, participaram do 2º Congresso Científico Panamericano, que aconteceu em Washington, D.C., nos Estados Unidos da América (EUA). Neste evento, os médicos brasileiros

passaram a denunciar o uso de maconha como parte dos hábitos característicos dos afrobrasileiros. Apesar do uso médico tradicional, a

presença da maconha entre comunidades negras e mestiças levou a sua estigmatização pela ciência médica oficial como um elemento degenerativo da saúde, da moralidade e da pureza racial [...] (CARNEIRO, 2019, n.p.).

Nos anos subsequentes, foram firmados diversos acordos internacionais para controle de drogas, colocando a cannabis sob estrita proibição e ignorando os usos medicinais da planta (ESCOHOTADO, 1998).

A partir disto, em 1936, foi criada a Comissão Nacional Fiscalizadora de Entorpecentes (CNFE) no Brasil, que “desencadeou uma campanha antimaconha, promovendo convênios interestaduais, publicando textos e caracterizando o vício da diamba como um típico e perigoso comportamento da ‘escória da sociedade’ ” (CARNEIRO, 2019, n.p.). Em 1938, pelo Decreto-Lei nº 891 do Governo Federal, deu-se no país a proibição total da planta (CARLINI, 2006). Destaca-se que as afirmações sobre a cannabis tinham pouco fundamento científico e se baseavam no projeto de desmoralização da planta.

Por fim, em 1961, ficou institucionalizada a proibição internacional da cannabis na Organização das Nações Unidas (ONU) (1945) e Organização Mundial da Saúde (OMS) (1948). Todos os tratados prévios de controle de drogas foram unificados na Convenção Única sobre Drogas Narcóticas (ROSA; ROSA, 2018). Nesse documento, ficou atestado – sob relatórios científicos e pesquisas forjadas - que seu uso medicinal era obsoleto e não justificado (BEWLEY-TAYLOR; BLICKMAN; JELSMA, 2014).

Uma pesquisa do *Global Drug Policy Observatory* (2013) aponta que a cannabis nunca passou pelo teste de revisão científica da OMS, sendo este um dos critérios para inclusão de substâncias psicoativas na Convenção (BEWLEY-TAYLOR; BLICKMAN; JELSMA, 2014). Na Convenção Única, ainda ficaram proibidas pesquisas científicas sobre a planta, com exceção de pesquisas aprovadas por governos nacionais, que, na maioria das vezes, eram permitidas para mostrar os efeitos negativos da cannabis (BEWLEY-TAYLOR; BLICKMAN; JELSMA, 2014). O Brasil, signatário da Convenção, rapidamente adotou as recomendações.

Diversos eventos contribuíram para a escalada da estigmatização e proibição da cannabis no Brasil. Mas, por trás de cada evento, observa-se a ciência sobre a planta - ou o obscurecimento desta – sendo moldada de acordo com os objetivos proibicionistas.

Atualmente, no país, a planta permanece proibida sob a Lei de Drogas (11.343/2006), que nunca foi devidamente regulamentada. “O Decreto 5.912/2006 prevê que as atividades

de cultivo de plantas para fins de extração de substâncias com fins medicinais devem ser regulamentadas pelo Ministério da Saúde, o que não foi feito” (OLIVEIRA, 2021, n.p.).

Porém, ao perceberem o fracasso da guerra às drogas, territórios mundiais começaram a mudar sua postura em relação à cannabis, criando reformas político-jurídicas de legalização e regulamentação dos usos da planta, e desafiando o sistema internacional de controle de drogas (BEWLEY-TAYLOR; BLICKMAN; JELSMA, 2014).

No Brasil, esse movimento vem com certo atraso. Depois de muitos locais ao redor do mundo terem regulamentado o uso medicinal, e com mais pesquisas investigando os efeitos terapêuticos da planta, começou a haver uma pressão social para o acesso à cannabis medicinal no país. Em 2014, a ANVISA adotou medidas para importação excepcional de produtos à base de canabidiol (CBD), identificado como “cannabis medicinal”. Em 2015, a Agência passa a autorizar o cultivo da planta para produção de medicamentos em casos excepcionais, e regulamentou as pesquisas científicas (ANVISA, 2019).

Desde 2015 até 2021, cresceu em 2.400% o número de pedidos de importação de produtos medicinais à base de cannabis no Brasil (PEDUZZI, 2021). Mais pessoas estão buscando acesso à cannabis medicinal no país. Isso pode ser explicado pela mudança da divulgação científica sobre o tema: se antes era comum a divulgação dos malefícios da planta, hoje, podemos observar na imprensa tradicional a comunicação das descobertas científicas sobre o uso medicinal da planta. Atualmente, a Universidade de São Paulo (USP) tem a maior produção científica sobre CBD do mundo (TALAMONE, 2020), o que reflete na divulgação científica do tema.

Em 2015 também surgiu um projeto de lei (PL) que visa regulamentar o uso medicinal, científico e industrial da cannabis no Brasil (o PL 399/2015), que ainda não avançou para aprovação do Senado, por obstáculos políticos. Porém, é inegável que estamos vivendo um momento de inflexão no país em relação à cannabis medicinal.

A partir desse contexto histórico, observa-se que diversos fatores influenciaram na proibição e estigmatização da cannabis no Brasil. Mas, por trás de cada acontecimento, podemos observar a produção e divulgação científica sobre o tema influenciando em tais desdobramentos. Isso se confirma pela perspectiva CTS.

## 2.1 Procedimentos metodológicos

Foi realizada uma análise qualitativa da produção e divulgação científica da cannabis medicinal durante o período proibicionista, com foco no período da guerra às drogas. Também foi realizada uma análise qualitativa da produção e divulgação científica da cannabis medicinal durante esse período de inflexão que estamos vivendo, com início nos finais do século XX, que culminou na facilidade de acesso legal à cannabis medicinal pela ANVISA, em 2014 e criação de um projeto de lei que visa regulamentar tal uso, em 2015.

Portanto, o método de procedimento é o histórico, que “consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 107). Já o método de abordagem utilizado na análise das informações de pesquisa foi o hipotético-dedutivo, conforme proposto por Marconi e Lakatos (2003). A partir do panorama histórico da cannabis medicinal no Brasil, analisada sob enfoque CTS, foi formulada uma hipótese, a partir da dedução.

Por fim, as técnicas de pesquisa empregadas foram análise da produção e divulgação científica sobre a cannabis, através de pesquisa bibliográfica, com uso de fontes secundárias, como artigos, livros, documentos governamentais e institucionais, e imprensa online.

## 2.2 Resultados

Pode-se dizer que a hipótese básica proposta na pesquisa se sustenta junto à perspectiva CTS.

Durante o início das tratativas internacionais para proibição, médicos brasileiros levaram o estigma do uso da cannabis pela população afro-descendente para corroborar a política proibicionista, ignorando os potenciais científicos e medicinais da planta.

No país, a produção científica tornou-se enviesada. Conforme afirma o médico (e um dos principais pesquisadores sobre cannabis no Brasil) Elisaldo A. Carlini (2010, p. 3, tradução nossa):

Foi nessa época, entre 1930 e 1940, que a repressão ao uso da maconha ganhou força no Brasil com a publicação, pelos diversos pesquisadores brasileiros, de artigos com títulos surpreendentes: “A males da maconha”, “Maconha – ópio brasileiro”, “Os perigos da maconha” [...].

Carlini (2010) aponta o panorama geral das pesquisas sobre cannabis no Brasil, afirmando que em 1956, o Ministério da Saúde organizou um dos primeiros encontros nacionais sobre cannabis para debater sobre o tema. Os trabalhos do evento não traziam “maiores detalhamentos metodológicos ou resultados de pesquisas experimentais” (CARLINI,

2010, p. 3, tradução nossa). Os trabalhos do evento refletiam a posição da maior parte do país em relação à cannabis, trazendo críticas aos usos da planta e a demonizando (CARLINI, 2010), o que denota o enviesamento da pesquisa científica sobre a cannabis no país, à época.

Em 1961, com a Convenção Única da ONU (e a institucionalização da proibição à nível internacional), a produção científica em relação à planta ficou “congelada”. Para realizar pesquisa científica, principalmente estudos clínicos, sobre a cannabis medicinal, é necessário o acesso à planta, e tal acesso tornou-se proibido, cabendo às autoridades nacionais aprovarem, ou não (como era o caso), tais pesquisas (WOOLSTON, 2022).

Carlini (2010) aponta que entre as décadas de 1960 e 1980, alguns pesquisadores e médicos de universidades brasileiras, como a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e USP começaram a desenvolver algumas pesquisas sobre os potenciais medicinais da *Cannabis Sativa L.* com pesquisadores de outros países.

Mas, com a guerra às drogas, a divulgação científica do tema passou a atender uma propaganda negativa da cannabis, também indo contra as poucas pesquisas publicadas. Portanto, com a proibição, a produção científica e a divulgação científica do tema tornaram-se enviesadas, o estigma em relação à planta “fincou” suas bases nas informações distorcidas disseminadas sobre a planta.

Porém, com a crescente mudança de paradigma ao redor do mundo, com mais territórios mundiais legalizando o uso medicinal da cannabis, que teve início em 1996, com a Califórnia, a produção e divulgação científica sobre o tema ganhou novos contornos.

Segundo pesquisa bibliométrica sobre a produção científica da cannabis entre 1940 a 2019 (LIU *et. al*, 2021), o período de 2004 a 2012 concentrou o maior aumento de publicações sobre o CBD, sendo que os pesquisadores da USP foram pioneiros em demonstrar os efeitos terapêuticos do canabidiol, desde 2012, em parceria com instituições internacionais, através das quais era mais fácil o acesso à planta para realizar pesquisas (TALAMONE, 2020).

O aumento da produção e divulgação científica sobre o tema fez que com pacientes brasileiros comesçassem a pressionar o acesso legal à cannabis medicinal no Brasil, o que contribuiu para decisão da ANVISA, em 2014, de permitir tal acesso, ainda que de forma limitada.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que fatores diversos influenciaram na proibição da cannabis, e diversos outros fatores também estão influenciando no maior acesso e regulamentação do uso medicinal da cannabis no Brasil. Porém, a hipótese básica se sustenta, já que se observa que a produção e divulgação científica sobre o tema nesses dois momentos distintos (proibição e, agora, possibilidade de acesso legal à cannabis medicinal) também contribuíram para as mudanças de paradigmas.

A partir desse estudo de caso da cannabis medicinal no país desde o Brasil Império, é possível ver na prática os princípios preconizados pela perspectiva Ciência, Tecnologia e Sociedade sobre a não neutralidade da ciência e a inseparabilidade do sociotécnico, isto é, os fatores sociais como constitutivos do conhecimento científico e tecnológico, e vice-versa.

Ao cotejar o proibicionismo da cannabis medicinal no Brasil com a produção e divulgação científica sobre o tema, evidencia-se a contrafação da ciência sobre a cannabis para atender interesses sociais à época. Essa produção e divulgação científica enviesadas contribuíram para a criação de um estigma que culminou nas políticas proibicionistas.

Essa perspectiva CTS sobre a não neutralidade da ciência também é observada atualmente, com a flexibilização do acesso à cannabis medicinal desde meados da década de 2010. A mudança na produção e divulgação científica sobre o tema contribuiu para a transformação do paradigma proibicionista em políticas de acesso à cannabis medicinal, ainda que de forma limitada.

O que é necessário avaliar ainda, entretanto, é o quão decisivas foram tal produção e divulgação científica. A provocação fica para uma pesquisa futura mais aprofundada de todos os fatores, em detalhe, que influenciaram nas políticas brasileiras em relação à cannabis medicinal.

#### REFERÊNCIAS

ANVISA. **Cannabis medicinal**: conheça o histórico da proposta. 2019. Disponível em: <https://bityli.com/nEIPXNQ>. Acesso em: 12 jun. 2022.

BEWLEY-TAYLOR, D.; BLICKMAN, T.; JELSMAN, M. **The Rise and Decline of Cannabis Prohibition**. Amsterdam: TNI, 2014.

CARLINI, Elisaldo Araújo. A história da maconha no Brasil. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. vol.55 no.4 Rio de Janeiro 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v55n4/a08v55n4.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2022.

CARLINI, Elisaldo A.. The research on marijuana in Brazil. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, S.L., v. 32, n. , p. 3-4, maio 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/MZk4p8hdPQz6xSKG3CfzLZR/?lang=en&format=pdf>. Acesso em: 03 ago. 2022.

CARNEIRO, Henrique. Proibição da Maconha: racismo e violência no brasil. **Cahiers Des Amériques Latines**, [S.L.], n. 92, p. 135-152, 30 dez. 2019. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/cal.10049>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cal/10049>. Acesso em: 01 jun. 2022.

ESCOHOTADO, Antônio. **História de las drogas**. Barcelona: Alianza Editorial, 1998.

LIU, Jingting *et al.* Global Trends in Cannabis and Cannabidiol Research from the Year 1940 to 2019. **Current Pharmaceutical Biotechnology**, [S.L.], v. 22, n. 5, p. 579-591, abr. 2021. Bentham Science Publishers Ltd.. <http://dx.doi.org/10.2174/1389201021666200601152118>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32479242/>. Acesso em: 03 ago. 2022.

OLIVEIRA, Nelson. Pesquisas sobre a cannabis avançam. Brasil enfrenta entraves legais. 2021. Em: **Agência Senado**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/08/pesquisa-sobre-a-cannabis-avanca-no-mundo-no-brasil-entraves-legais-prejudicam-a-ciencia#:~:text=Os%20entraves%20C3%A0%20pesquisa%20e,de%20se%20avan%C3%A7ar%20nesse%20terreno>. Acesso em: 12 jun. 2022.

PALACIOS, E. M. G. *et al.*. **Introdução aos estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**. Cadernos de Ibero America, 2003.

PEDUZZI, Pedro. Anvisa otimiza importação de produtos derivados da Cannabis. 2021. Em: **Agência Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-10/anvisa-otimiza-importacao-de-produtos-derivados-da-cannabis>. Acesso em: 12 jun. 2022.

ROSA, P. O.; ROSA, M. Políticas sobre cannabis: um estudo comparativo sobre os modelos da Espanha, Uruguai e Colorado/EUA. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 38-64, 2018.

TALAMONE, Rose. **USP tem a maior produção científica mundial sobre canabidiol**. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/usp-tem-a-maior-producao-cientifica-mundial-sobre-canabidiol/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

WOOLSTON, Chris. **Decriminalization of marijuana opens doors for some scientists**. 2022. Disponível em: [https://www.nature.com/immersive/d41586-022-01761-5/index.html?utm\\_term=Autofeed&utm\\_campaign=nature&utm\\_medium=Social&utm\\_source=Twitter#Echobox=1659526357](https://www.nature.com/immersive/d41586-022-01761-5/index.html?utm_term=Autofeed&utm_campaign=nature&utm_medium=Social&utm_source=Twitter#Echobox=1659526357). Acesso em: 03 ago. 2022.